



**Jornalismo internacional sob uma perspectiva decolonial:
reflexões a partir do acontecimento Mahsa Amini na FSP¹**

**International Journalism from a Decolonial Perspective:
reflections on the Mahsa Amini Event in FSP**

Heloisa Gamero Marques²

Angela Maria Zamin³

Resumo: Com base nos conceitos de Orientalismo (Said, 2003), e decolonialidade (Ferdinand, 2022) e no direito internacional dos direitos humanos, o artigo analisa como o jornalismo ocidental estigmatiza e animaliza países orientais. O estudo analisa a cobertura do assassinato da iraniana Mahsa Amini pelo jornal *Folha de São Paulo*, usando Análise de Conteúdo como metodologia.

Palavras-chave: Jornalismo internacional; Oriente; Decolonialidade; Análise de Conteúdo; Cobertura jornalística.

Abstract: Based on the concepts of Orientalism (Said, 2003), decoloniality (Ferdinand, 2022), and international human rights law, the article analyzes how Western journalism stigmatizes and dehumanizes Eastern countries. The study analyzes the coverage of Iranian woman Mahsa Amini's assassination by the newspaper *Folha de São Paulo*, using Content Analysis as its methodology.

Keywords: International Journalism; East; Decoloniality; Content Analysis; Journalistic coverage.

¹ Artigo apresentado no 23º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul - Frederico Westphalen/RS – ocorrido entre os dias 13 e 15/06/2024.

² Estudante do curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Email: heloisa.gamero@acad.ufsm.br

³ Orientadora do trabalho. Professora do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Email: angela.zamin@ufsm.br



Introdução

A morte de Mahsa Amini, em setembro de 2022, após ser detida pela Polícia da Moralidade no Irã, gerou protestos pelos direitos das mulheres e repercussão internacional, marcando a forma como temas femininos, religiosos, sociais e políticos iranianos foram abordados pelo jornalismo – ponto de partida desta pesquisa.

Parte-se da hipótese de que, apesar dos esforços jornalísticos em retratar questões distantes, tanto geográfica quanto culturalmente, ainda pode prevalecer a reprodução da imagem reducionista (Said, 2003) de que países do Oriente Médio são, em sua maioria, violentos, fundamentalistas religiosos, terroristas e não desenvolvidos. Portanto, a pesquisa tem como tema o papel do Jornalismo Internacional (JI) na reafirmação de preconceitos acerca de países fora do Centro-Ocidente, a partir da utilização de estigmas durante a construção de acontecimentos jornalísticos, nesse caso, o assassinato de Amini.

A importância do tema é equivalente ao peso da atividade jornalística internacional na diplomacia mundial e à grande influência do JI na forma de sociabilidade e nos modos de ver o mundo das sociedades (Fernandes, 2012). Identificando as possíveis marcações preconceituosas da cobertura e demonstrando os benefícios de uma abordagem jornalística não orientalista (Said, 2003), decolonial e histórica, é possível contribuir para uma desconstrução da cobertura moderna e para o desenvolvimento de estudos acadêmicos.

O objetivo geral é compreender os sentidos acionados e/ou produzidos na construção do caso Amini pelo jornalismo brasileiro, se corroboram com a hipótese de uma conduta orientalista, e, para isso, foi utilizado como objeto empírico o primeiro mês de cobertura, quando o texto possui mais novidades, do jornal impresso de referência (Zamin, 2014) *Folha de S. Paulo (FSP)* sobre a morte da jovem e os seus desdobramentos. O período escolhido compreende entre 17 de setembro e 17 de outubro de 2022, os conteúdos foram coletados do acervo da *FSP* e localizadas por meio da palavra-chave Mahsa Amini. Ao todo são 18 textos jornalísticos informativos, publicados nas editorias Mundo e Cotidiano.

A metodologia foi baseada na Análise de Conteúdo, um método quantitativo que abre as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social (Moraes, 1999). Dados acerca de fontes, assinaturas, assuntos mencionados – que foram organizados em categorias –,



e palavras-chave foram levantados a partir de tabelas. Ao fim, foi possível mensurar se a cobertura demonstrou elementos orientalistas, e organizar uma reflexão sobre as problemáticas encontradas.

A pesquisa fundamenta-se nos estudos de Edward Said (2003) sobre o orientalismo, nas perspectivas da Decolonialidade (Ferdinand, 2022), nas noções de Jornalismo Internacional (Araujo, 2013) e nos Direitos Humanos (Liesen, 2020), o que permite uma leitura crítica dos textos jornalísticos analisados, orienta a metodologia aplicada e contribui para discutir a abordagem da editoria internacional ao tratar de temas orientais.

1. Jornalismo internacional e direitos humanos

A editoria internacional lida, essencialmente, com o distante (Aguiar, 2008), sendo comum que jornalistas relatem fatos que não vivenciam e que envolvem atores com os quais eles e o público – muitas vezes desinformado ou sem acesso a contextos culturais adequados – não compartilham similaridades. O Jornalismo Internacional (JI) recorre a enviados especiais, correspondentes, stringers e, principalmente, a veículos de referência estrangeiros, majoritariamente ocidentais, como *The New York Times* e *The Washington Post*, que influenciam fortemente a base da redação brasileira. Também são amplamente utilizadas agências de notícias sediadas na Europa ou nos EUA, como a *Reuters* e a *Agence France-Presse*, que distribuem informações globais a veículos com cobertura geográfica mais limitada.

Compreender a construção da notícia internacional no Brasil exige reconhecer a participação do jornalismo na formação de identidades, e atribuição de sentidos ao real (Fernandes, 2012). É essencial reconhecer a responsabilidade do JI na construção de imagens sobre países e etnias, uma vez que o noticiário influencia as percepções do público e suas leituras de mundo, somadas às vivências individuais (Motta, 2013). Ao recorrer a conteúdos de veículos ocidentais, essa editoria pode reproduzir narrativas carregadas de interesses geopolíticos e preconceitos, o que resulta em representações exóticas e limitadoras que inferiorizam os países orientais (Aguiar, 2008). Essas visões, por sua vez, podem ser absorvidas e reproduzidas pelas redações brasileiras.



Embora uma das principais funções do jornalismo seja garantir o direito à informação, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), há falhas quando notícias reafirmam estigmas e estereótipos. O direito de informar, de ser informado e de acessar conteúdos profundos é comprometido quando materiais são disseminados sem revisão histórica e checagem, perpetuando falas violentas e concepções simplistas (Raddatz; Nasi, 2017; Liesen, 2020).

Quando não há a compreensão de fenômenos sociais que, para acontecer, exigem contextualização histórica, social, econômica, ecológica (Ijuim, 2019), o jornalismo torna-se um meio hegemônico que repercute estereótipos, indo na contramão do fortalecimento dos direitos humanos. “Os estereótipos mantêm segura a posição ocupada por aqueles que querem permanecer como o estrato hegemônico. São instrumentos de desumanização e despersonalização de pessoas para as quais não se quer conceder reconhecimento e direitos” (Liesen, 2020, p. 27).

As falsas associações presentes na cobertura internacional sobre o Irã – onde Mahsa Amini foi assassinada – geralmente vinculam o islã xiita ao terrorismo, o *hijab* à opressão feminina, e retratam o país, apesar de sua população jovem, por meio de conflitos armados e líderes autoritários idosos. Economicamente, o Irã é reduzido a uma nação subdesenvolvida e pobre, mesmo sendo rico em petróleo (Carranca; Camargos, 2010). Essas representações distorcidas podem impactar a diplomacia global, destacando a necessidade de os jornalistas internacionais compreenderem o contexto histórico e os direitos humanos.

Pontuando a conexão do jornalismo internacional e as noções de direitos humanos, torna-se necessário compreender o funcionamento da mídia orientalista, propagadoras dos estereótipos e estigmas citados, presentes nos principais jornais de referência.

2. O Ocidente na história do Outro

A história do Oriente é marcada pela separação entre o Mesmo e o Outro, uma construção política de centenas de anos. Por Mesmo e Outro, entende-se:



Chamamos “Mesmo” às séries de paisagens culturais e políticas, juntamente com seus valores, euforizadas pela mídia e homólogas à valorização média de seus públicos. Chamamos “Outro” às séries de paisagens culturais e políticas, juntamente com seus valores, frente às quais a mídia estabelece distâncias relativas, calculadas, homólogas ao afastamento que seus públicos mantêm. Frente ao Outro é preciso resguardar-se, qualificando-o como exótico [...], é preciso ocultá-lo do holofote, deixá-lo nas margens; assim, ele pode ser assimilado, admitido ou segregado [...]. (Aidar; Bairon, 2007, p. 252-3).

Inicia-se nas Cruzadas, quando a “missão civilizatória” começou a justificar a dominação de territórios. E então, o discurso que promovia a separação entre “bárbaros” e “civilizados”, assim como o movimento anti-árabe, se fortaleceu no período imperialista, sendo pulverizados pelas atividades de propaganda (Castro, 2007, p. 25). E, “Ao fim da Guerra Fria, a América necessitava de um medo imaginário para servir como ameaça; e talvez isso explique o recente ressurgimento do imaginário anti islâmico”⁴ (Vitkus, 1999, p. 226 [tradução minha]).

Ao longo da história, ideais orientalistas foram consolidados na Europa e nos EUA, com o jornalismo desempenhando um papel crucial em sua disseminação. A desqualificação do Oriente como ferramenta política persiste até hoje, reforçada pela mídia orientalista. Essas formações ideológicas estão ligadas a classes e relações de poder (colonial, imperial, político e simbólico), disseminando discursos hegemônicos (Araujo, 2013).

O Orientalismo é “um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental europeia” (Said, 2003, p. 15), é o uso de instituições, vocabulários e imagísticas em forma de discurso que deformaram os povos orientais. Há uma fronteira fixa entre “nós” ocidentais e “outros” orientais, construída em cima da desqualificação do “outro” a partir de estereótipos e preconceitos (Said, 1996, p. 82 apud Castro, 2007).

A “geografia imaginativa” é utilizada para diminuir a variedade de etnias, religiões e linguagens, que reduzem e que agrupam as pessoas sob rubricas falsamente unificadoras como “América”, “Ocidente” ou “Islã”, inventando identidades coletivas para multidões de indivíduos que, na realidade, são muito diferentes, e que na visão ocidental devem ser combatidos.

⁴ “With the end of the Cold War, America needed a new ideological bogeyman to serve as an alleged external threat; and perhaps this explains the recent resurgence of anti-Islamic imagery” (Vitkus, 1999, p. 226).



O jornalismo tem responsabilidade direta ao reforçar narrativas que desumanizam o mundo árabe e muçulmano, utilizando termos, imagens e temas que alimentam estereótipos negativos. Ao servir como instrumento de poder, a mídia contribui para a construção de um “inimigo desconhecido”, no qual o rótulo de “terrorista” funciona como ferramenta para mobilizar e enfiar a população, especialmente em contextos de crise (Said, 2003). As representações do Oriente são frequentemente reduzidas ao exotismo, à violência, à selvageria e à imoralidade (Castro, 2007). Soma-se a isso o uso recorrente de conteúdos de jornais de referência ocidentais, prática que leva o jornalismo brasileiro a reproduzir o orientalismo euro-estadunidense.

O holofote midiático é apontado para questões humanitárias, afinal a concepção é de que precisam ser salvos de sua própria ignorância. Matérias como a Crise do Petróleo (1973), a Guerra Civil do Líbano (1975-1990) e a Revolução Islâmica no Irã (1979), a guerra Irã-Iraque (1980-1990), e nos territórios palestinos sob ocupação israelense são alguns dos exemplos mais notórios (Castro, 2007). Desde os ataques do Hamas contra Israel em 7 de outubro de 2023, e agora o bombardeio direto entre Israel e Irã, o conflito Israel-Hamas/Gaza-Hezbollah/Líbano-Houthis/Iêmen tem se destacado na cobertura internacional, deixando em segundo plano a Guerra Rússia-Ucrânia iniciada em fevereiro de 2022.

A cobertura jornalística brasileira sobre o Irã e o Oriente frequentemente cai em estereótipos bélicos e reducionistas, reforçando dicotomias simplistas entre Oriente e Ocidente. Essa abordagem desumanizante exige uma reorientação ética no jornalismo, com contextualização histórica, enfoque nos direitos humanos e perspectiva decolonial.

3. Por um jornalismo decolonial

A colonialidade refere-se à expansão do colonialismo europeu e à ascensão dos EUA como potência, conduzindo o mundo à adoção de uma perspectiva eurocêntrica e à naturalização da dominação entre europeus e não-europeus. “Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados” (Quijano, 2005, p. 118).



As expedições de saque às Américas, África e Ásia, iniciadas por volta de 1492 (Ferdinand, 2022), promoveram genocídios de povos originários, fauna e flora, visando o enriquecimento da Coroa e apagando quem habitava essas terras. Nesse contexto, surge o altericídio, o mais eficaz instrumento de dominação social (Quijano, 2005).

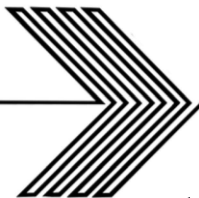
O altericídio é “a recusa da possibilidade de habitar a Terra na presença de um outro, diferente por aparência, pertencimento ou crença” (Ferdinand, 2022, p. 50). A colonização negou a alteridade, promovendo a “mesmificação”, redução ao Mesmo, e desvalorizando culturas e intelectos para garantir a imposição europeia (Ferdinand, 2022).

Há uma construção ideológica de que o Outro (colonizado) é atrasado, selvagem, primitivo (Penna, 2014) e necessita do “desenvolvimento” – a falácia desenvolvimentista que promove o padrão euro-estadunidense. A colonialidade na modernidade opera avidamente na opressão epistemológica, decidindo quais são os conhecimentos e a ciência válidos; ao colonizador cabe a representação humana e aos colonizados a situação desumanizada e dessubjetivada (Lugones, 2020).

A lógica de desumanização e subordinação do colonizado resulta na “colonização do ser” ou “colonização cognitiva” (Freire; Guimarães, 2005). A opressão e desqualificação das sociedades colonizadas, criam uma atração pelos padrões de vida do opressor, levando os oprimidos a considerarem sua cultura original inferior e a se “autodesvalidarem”. O oprimido, assim, internaliza características do opressor durante o processo de educação e socialização (Penna, 2014). O orientalismo se manifesta na mídia brasileira por meio dessa colonização cognitiva, que deslegitima conhecimentos de países como o Irã, que também foi colonizado, e poderia ser considerado como Mesmo.

A decolonialidade emerge de estudos que questionam a hegemonia euro-americana e o sistema de poder estabelecido pelos empreendimentos coloniais, resistindo às suas atualizações históricas por meio de saberes e lógicas alternativas. O sujeito subalternizado, de acordo com a decolonialidade, deve se afirmar como ator político, pensador e ativista, valorizando conhecimentos e amplificando vozes silenciadas e invisibilizadas (Lima *et al.*, 2023).

O jornalismo desempenha um papel essencial no sucesso decolonial, pois, sendo uma construção social – e a sociedade foi construída perante a hegemonia euro-estadunidense –, reflete e reproduz a hegemonia das potências ocidentais. A imprensa brasileira foi impactada



pelos moldes europeus e estadunidenses, que priorizam um jornalismo objetivo, herança da visão cientificista europeia de distanciamento entre observador e objeto (Ijuim, 2023).

A partir desse pensamento, é necessário ressaltar a frase de Motta (2008, p. 155): “quem narra tem sempre um propósito ao narrar: nenhuma narrativa é ingênua, muito menos a narrativa jornalística”. Ao prezar pela objetividade, pela “neutralidade”, o jornalista vai ao encontro da hegemonia ocidental, que não deixa de ser uma forma de subjetividade, e difunde-se uma certa visão de mundo (Melo da Silva; Souza Aguiar, 2023).

Proponho, baseada em Freire e em autores decoloniais, uma saída decolonial para o jornalismo por meio da exposição da lógica de dominação colonial, do deslocamento do lugar de fala, criando novos lugares de fala a partir dos quais seja possível questionar as formas de enquadramento eurocêntrico de interpretação do mundo, e da valorização do conhecimento do Outro estrangeiro, superando a hierarquia entre os centros produtores e receptores de conhecimento (Penna, 2014). Nesse sentido, consultar persas ou curdos para a cobertura sobre o assassinato de Mahsa Amin, procurar mulheres muçulmanas, privilegiar conhecimentos do Oriente, do Outro, seriam alguns exemplos para a produção de uma nova frente de jornalismo mais democratizante, histórico, e inclusivo.

Os impactos práticos do jornalismo decolonial são: a) prioridade em trazer grupos silenciados na cobertura; b) valorização de saberes fora da hegemonia euro-estadunidense, conferindo independência epistemológica; c) novas formas de abordar regiões e temas, fugindo de estigmas; d) redefinição da agenda jornalística, celebrando notícias fora do nicho sensacionalista; e) menos imposição de uma visão externa sobre os acontecimentos e mais diálogo com os atores da história (Penna, 2014).

4. Procedimento metodológico

A Análise de Conteúdo foi escolhida como metodologia pela possibilidade de também abordar o contexto histórico do material, de forma a compreender a multiplicidade de narrativas e interpretações que os textos acionam no leitor. Por este motivo, a análise é feita em nível latente, procuro capturar sentidos implícitos e ultrapasso o nível manifesto, articulo o texto com o contexto psicossocial e cultural (Moraes, 1999). No período de 17 de setembro a 17 de outubro



de 2022 foram selecionados 18 conteúdos informativos a partir da palavra-chave Mahsa Amini no acervo da *FSP*.

As etapas desenvolvidas foram a) coleta das matérias impressas no acervo on-line da *Folha de São Paulo*; b) separação dos assuntos mencionados, identificação das fontes apresentadas, de palavras-chave (ou seja, palavras de grande destaque e repetidas em cada matéria) e das autorias; c) classificação dos assuntos mencionados em categorias de conteúdo geral, sendo válido apenas a menção do assunto, não sendo necessário um aprofundamento.

As categorias de conteúdo geral foram articuladas a fim de organizar o que foi encontrado, ou não, na cobertura. São elas: Questão Religiosa, Política Interna, Política Externa, Feminismo Islâmico, Violência, Sanções Econômicas, Economia, Estados Unidos, Europa, Curdistão, Afeganistão, Talibã, Iraque, Israel, Paquistão, História e Direitos Humanos.

Por fim, organizo nas considerações finais uma reflexão acerca dos dados encontrados.

5. Resultados

Quanto às fontes, ao todo são 130 identificadas nos 18 textos. Cinquenta fontes são genéricas, ou seja, não trazem nenhuma especificação ou possibilidade de confirmar a informação relatada; geralmente são apresentadas no plural: policiais, autoridades, especialistas. Nove mulheres foram identificadas como fontes, quatro delas estrangeiras, sem origem iraniana ou brasileira; 21 homens foram acionados, seis deles estrangeiros. Das 130 fontes, 32 são externas ao Brasil e ao Irã. Vale ressaltar, contudo, que não foi possível determinar a origem geográfica de parte das fontes, justamente por serem genéricas.

Quanto à categoria das fontes, 27 são jornalísticas, ou seja, meios-fonte, como canais de comunicação, especialmente os de referência, agências, sites de notícias, etc. Cinco destas fontes são externas ao Brasil e ao Irã. Ao todo, 40 fontes são institucionais e organizacionais governamentais, 24 destas são genéricas (policiais, autoridades, iranianas, etc.). Trinta fontes são institucionais e organizacionais não governamentais, 11 destas são genéricas. Apenas 18 fontes são individuais, sendo nove delas genéricas (como parentes de Mahsa Amini). Há apenas dois especialistas na cobertura identificados por nome e cargo. As demais fontes são



documentais ou não convencionais (postagens em redes sociais de pessoas comuns ou de autoridades políticas).

As categorias de conteúdo, nomeadas a partir de princípios específicos, indicados a seguir, são utilizadas para classificar os assuntos mencionados em cada reportagem ou nota. Observa-se a categoria geral Violência em todos os 18 textos informativos analisados, com descrição explícita e detalhada de casos violentos no Irã. Apenas uma reportagem possui as categorias Direitos Humanos e História. Nesta, a FSP aciona princípios dos Direitos Humanos e elementos da história do Irã para explicar o assassinato de Mahsa Amini. Aqui não foi considerada a menção a ONGs, pois esse dado já se encontra em “fontes institucionais e organizacionais não governamentais”. Duas reportagens estão na categoria Sanções Econômicas, que reúne os conteúdos que mencionam as proibições econômicas sofridas pelos iranianos e feitas por potências econômicas, como os Estados Unidos, enquanto quatro textos apresentam a categoria geral Economia em que só retrata déficit econômico no país.

Todos os 18 textos abordam a situação atual das mulheres no país, entretanto nenhum o faz sob o enfoque da categoria Feminismo Islâmico. Questão Religiosa, atribuída aos textos que acionam a religião muçulmana ou qualquer elemento religioso, está presente em todos os 18 conteúdos. Catorze dos 18 textos possuem a categoria geral Europa, que agrupa toda citação de origem europeia, sejam pessoas, outros países, cidades, acontecimentos históricos e até mesmo canais de comunicação provenientes do continente, que são utilizados para relatar o assassinato de Amini.

Oito conteúdos têm a categoria geral Estados Unidos que engloba todos textos que acionam o país ou cidades, pessoas, acontecimentos históricos e canais de comunicação de origem estadunidense. Um texto possui a categoria Talibã, que é relacionada à menção do grupo político-militar. Dois conteúdos estão na categoria Iraque, utilizada para aglutinar os que mencionam o país ou regiões, canais, acontecimentos históricos ou pessoas de origem iraquiana. A categoria Israel, que abrange a menção pela FSP do país, ou pessoas, regiões, canais ou acontecimentos históricos israelenses, alcança dois dos 18 textos informativos estudados. Oito texto possuem a categoria Curdistão: três Afeganistão e um texto apresenta a categoria Paquistão.



Catorze matérias possuem a categoria Política Externa, pois acionam o relacionamento internacional do Irã ou de pessoas iranianas com outros países, ou de pessoas estrangeiras no quesito social, político, militar ou econômico. Todos os textos analisados possuem a categoria geral Política Interna, isso se deve ao fato de todos acionarem atores políticos e/ou religiosos, o sistema político iraniano ou qualquer outra organização social-política que interfere na vida da população iraniana, a maioria sem aprofundamento, há apenas a menção ao assunto.

Por fim, referente às assinaturas, 13 dos 18 textos foram creditados a agências externas ao Brasil e ao Irã, sendo elas *AFP* e *Reuters*. Apenas um texto possui a localização de assinatura em um território iraniano, nesse caso, Teerã, capital do Irã, enquanto isso, dois possuem localização europeia e uma estadunidense.

Considerações finais

A análise revelou uma ausência significativa de pluralidade de vozes, indicando que o jornal não buscou fontes testemunhais ou especializadas que vivenciam ou estudam o fato noticiado. Isso reflete a manutenção da “história única”, conceito ligado à lógica colonial que, sobretudo com a globalização, privilegiou a difusão da perspectiva do colonizador em detrimento de outras (Adichie, 2019). Essa prática compromete a dignidade dos sujeitos retratados, dificulta o reconhecimento da humanidade compartilhada e reforça diferenças em vez de semelhanças. Assim, garantir a pluralidade de vozes é fundamental para empoderar e humanizar grupos silenciados sob a ótica eurocêntrica.

A prevalência de acontecimentos violentos na editoria Mundo, da *Folha de S. Paulo*, e a maneira limitadora que a abordagem sobre o assassinato de Mahsa Amini, comparando e abordando frequentemente os EUA e a Europa, comprova a intenção imperialista de tornar o Irã sinônimo de “não civilizado”. O jornal brasileiro reduziu e generalizou o relato do assassinato de Mahsa Amini, apagando o histórico de luta por direitos dos persas, a complexidade da religião islâmica e as histórias singulares de mulheres islâmicas iranianas. Atribuo a não presença da categoria geral Feminismo Islâmico ao reducionismo aplicado na cobertura, a *FSP* priorizou a “geografia imaginativa” (Said, 1996, p. 82 *apud* Castro, 2007).



O que presenciamos nessa cobertura é um jornalismo de repasse, principalmente um sistema de empréstimo envolvendo grandes agências de notícias. A informação se inicia em canais de comunicação de origem europeia e/ou estadunidense e alcança os jornais brasileiros sem muitas modificações. Treze dos 18 textos informativos analisados são assinados e/ou creditados por/a agências estrangeiras, aproximadamente 72% do mês analisado é dominado pela AFP e *Reuters*. O dado revela-se preocupante ao entender que a interpretação do assassinato de Mahsa Amini chega ao leitor da *Folha* com inclinações político-ideológicas do Norte global, que pouco refletem a realidade tanto do país noticiado quanto a brasileira.

A grande quantidade de fontes genéricas e temas repetidos pode estar relacionado a esse repasse de informações. Cinquenta fontes entraram nessa categoria, um número muito alto levando em consideração que a notícia é sobre um assassinato. Isso dificulta a checagem das informações transmitidas. Por exemplo, durante o estudo tive dificuldades em identificar quem ou o que era fonte, e era a minha pesquisa; um leitor comum talvez não se interessasse em procurar tão a fundo e descobrir diferentes facetas da informação.

Outro resultado importante da pesquisa é a pouca presença de mulheres, ainda menos de mulheres muçulmanas. Ao todo nove mulheres são fontes, um número irrisório em uma cobertura que se julga defensora dos direitos femininos. Um exemplo importante aparece na reportagem que traz o primo de Amini parafraseando uma fala da mãe de Amini, ou seja, o jornal preferiu utilizar uma fala masculina, não a declaração da mulher iraniana. Para que a agenda feminina seja atendida é necessário que sejam ouvidas diretamente e, nesse contexto, procurar compreender a religião que lhes aproxima ainda mais de suas demandas, dando visibilidade às intersecções e conferindo legitimidade à cobertura jornalística.

Levando em consideração a quantidade de assinaturas estrangeiras, o pouco aprofundamento da questão religiosa, feminina e de política interna, apenas com citações de elementos do islã e líderes ditatoriais, é possível dizer que a cobertura foi uma leitura do Ocidente acerca do assassinato no Irã. Dessa forma, observa-se uma diminuição de todos os aspectos socioculturais e religiosos iranianos a fim de inserir o país na interpretação ocidental de violentos, não desenvolvidos e inferiores.

Destaco então a importância da reconfiguração das práticas jornalísticas, ao ampliar vozes e temas do Oriente, de forma que ofereça brechas potentes contra o sistema-mundo



européu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal e contra a história única (Grosfoguel, 2008). Inicialmente, reconhecendo a subjetividade do trabalho jornalístico, buscando conhecimento acerca do que se pauta, seja no aspecto cultural, religioso ou social, utilizando os recursos digitais, contatando estudiosos, fontes testemunhais e apostando na historicidade durante a cobertura. A partir disso, caminhar para um estudo político rigoroso, sendo indispensável as noções de Direitos Humanos.

Justamente pela influência orientalista, a pesquisa teve algumas limitações como a identificação e quantidade das fontes. Foi perceptível o uso de palavras no plural para produzir a falsa sensação de mais pessoas confirmando a informação. O contato com notícias difundidas pelo próprio Irã também foi difícil, visto que o país enfrenta um regime ditatorial.

Finalmente, para estudos futuros, destaca-se a importância de investigar o impacto das fontes genéricas no jornalismo, especialmente diante dos avanços tecnológicos e da disseminação de notícias falsas cada vez mais sofisticadas. Em um cenário de inteligência artificial e excesso de informações, torna-se essencial indicar com clareza a origem dos dados divulgados. Além disso, é relevante refletir sobre o uso de fontes não convencionais. Ao se utilizar das redes sociais para a coleta de “declarações oficiais” o resultado pode ser tanto insignificante quanto catastrófico.

Referências

- ARAUJO, Luiz. **Paisagens obsessivas**: o discurso orientalista nas revistas semanais de informação brasileiras. 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- AGUIAR, Pedro. Por uma história do jornalismo internacional no Brasil. Congresso Nacional de História da Mídia, **Anais**. Niterói, RJ: Rede Alfredo de Carvalho; UFF, 2008.
- AIDAR, José Luiz Prado; BAIRON, Sérgio. A Construção do Outro na Mídia Semanal. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. (orgs.) **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma única história**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.
- CARRANCA, Adriana; CAMARGOS. **O Irã sob o Chador**: duas brasileiras no país dos aiatolás. São Paulo: Globo, 2010.
- CASTRO, Isabelle Christine Somma de. **Orientalismo na imprensa brasileira**. A representação de árabes e muçulmanos nos jornais 'Folha de São Paulo' e 'O Estado de São Paulo' antes e depois de 11



de setembro de 2001. 2007. Dissertação (Mestrado em Língua, Literatura e Cultura Árabe) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

FERNANDES, Vivian O. N. O jornalismo internacional e a estrutura radiofônica na contra-hegemonia. **Revista Alterjor**, São Paulo, ano 3, v.1, n. 5, jan.-jun. 2012.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. Diálogos sobre o vivido: diálogos entre Sérgio Guimarães e Paulo Freire. **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 23, 2005.

GROSGOUEL, Ramón. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze *et al.* **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2018. p. 57-77.

LIESEN, Maurício. **Comunicação e direitos humanos: elementos para um jornalismo responsável**. Curitiba: InterSaberes, 2020.

LIMA, V. M. A. *et al.* Fertilizar os estudos de jornalismo a partir da decolonialidade. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/22076>. Acesso em: 18 nov. 2023.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar: 2020. p. 52-83.

MELO DA SILVA, D. K.; SOUZA AGUIAR, C. E. Jornalismo decolonial e a questão da interseccionalidade. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, [S. l.], v. 10, n. 1, 2023. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/21894>. Acesso em: 19 nov. 2023.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise da narrativa jornalística. *In*: LAGO, C.; BENETTI, C. (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora UnB, 2013.

PENNA, Camila. Paulo Freire no pensamento decolonial: um olhar pedagógico sobre a teoria pós-colonial latino-americana. **Revista de estudos e pesquisas sobre as Américas**. v. 8, n. 2, 2014.

QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RADDATZ, Vera L. S.; NASI, Lara. Jornalismo como campo mediador dos direitos humanos. **Comunicação & Sociedade**, v. 39, p. 79, 2017.

SAID, Edward. **Reflexões sobre o exílio**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VITKUS, Daniel J. Early Modern Orientalism: Representations of Islam in Sixteenth and Seventeenth Century Europe. *In*: BLANKS, D.; FRASSETTO, M. (ed.) **Western Views of Islam in Medieval and Early Modern Europe**. New York: St. Martin's Press, p. 207-230, 1999.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, 2014.